

"Esta discussão é contraproducente"

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

de alguma autoridade do governo americano disposta a dizer que "Funaro tem de sair".

Embora a estima pessoal pelo ministro da Fazenda não seja alta nos meios oficiais em Washington, esta não é, certamente, uma declaração que altos funcionários de Washington parecem dispostos a fazer. Até porque eles provavelmente sabem que ela teria o efeito contrário ao pretendido. A atitude de Washington perante Funaro e a tese brasileira, de buscar o refinanciamento da dívida sem submeter aos credores nenhum plano específico de ajustamento econômico, foi definida por um funcionário do Tesouro, ouvido pelo Wall Street Journal:

"Haverá uma mudança de política econômica e o Brasil adotará uma política econômica ortodoxa ou haverá uma mudança de ministro, seguida de uma mudança da política econômica".

O alto funcionário acrescentou que, como os bancos americanos "podem absorver o golpe" da moratória brasileira, reclassificando seus empréstimos e assumindo perdas, o governo americano está disposto a "mostrar uma paciência de Jó".

Perkuntado por este jor-

nal a respeito da afirmação feita pelo ministro Funaro de que a política econômica interna do Brasil não está aberta à aprovação de outros países, o vice-secretário adjunto do Tesouro, James Conrow, afirmou: "Então ele vai ter de enfrentar uma estrada cheia de obstáculos".

John Bohn, presidente do Eximbank, o maior credor individual da dívida oficial brasileira, disse que "as atitudes e declarações de Funaro têm o efeito de fazer as pessoas se sentirem bem, mas não resolvem o

problema real que tem de ser resolvido". Indagado sobre o argumento segundo o qual o governo brasileiro já está implementando uma política econômica que é, em muitos aspectos, ortodoxa, Bohn disse que "o problema da credibilidade do governo é hoje tão grande quanto o problema da dívida".

O presidente do Eximbank afirmou ainda que "o governo brasileiro tem o direito soberano de não discutir sua política econômica com os banqueiros. Mas os banqueiros também têm

o direito de não emprestar dinheiro para o Brasil". Ele acha provável que, nas próximas semanas, em lugar de se procurar soluções para os problemas reais, haverá, dos dois lados, um crescendo de afirmações retóricas.

Obviamente, a notícia sobre a atitude de alguns governadores do PMDB contra a liderança do partido no Congresso, que na semana passada endossara Funaro e o programa de quatro anos de refinanciamento da dívida, foi interpretada pelos bancos como um

incentivo a mais para manterem a postura que adotaram de resistir à proposta de renegociação brasileira.

Nem todos, contudo, acreditam que a eventual saída de Funaro do governo facilitará necessariamente as coisas. Um executivo senior de um grande banco de Nova York, com forte presença no Brasil, disse que "a saída de Funaro não significa, pelo menos no curto prazo, que haverá uma mudança na política econômica brasileira".

Referindo-se ao encontro que os presidentes de cinco bancos tiveram com Funaro, em Nova York, na terça-feira, o banqueiro indicou que todos falaram com grande veemência, e que o ministro da Fazenda, "que no começo da conversa não estava ouvindo, acabou a conversa ouvindo" seus interlocutores. "A mensagem que ele recebeu foi que sem um programa econômico não haverá negócio. Acho que disso pode sair alguma coisa."

Um dos banqueiros presentes disse que o Brasil deveria buscar um acordo com o FMI, hipótese que Funaro recusou. O ministro, de acordo com a fonte, reclamou da lentidão do processo de negociação de acordos com os bancos e os "chairmen" presentes disseram que iriam estudar o assunto.